

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	34

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Emissora está exposta, inclusive em relação aos riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

O Governo Federal tem exercido grande influência sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades da Emissora. A economia brasileira tem sofrido intervenções por parte do Governo Federal, que por vezes impõe mudanças políticas e econômicas significativas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas envolvem, entre outras medidas, aumento nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, desvalorização cambial, controle sobre o fluxo de capitais e restrições à importação.

Medidas tomadas pelo Governo Federal relativa à economia podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras e outras entidades, inclusive sobre a Emissora, e sobre as condições de mercado e preços dos títulos brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão própria. A condição financeira e os resultados das operações da Emissora podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores:

- Inflação;
- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- Racionamento de energia elétrica;
- Políticas de controle de preços;
- Política fiscal;
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no País poderá ter impacto na balança de pagamentos nacional e pode trazer impactos negativos sobre a economia brasileira, afetando a taxa de juros praticada no País e elevando o custo de captação de recursos por empresas brasileiras.

Historicamente, o desempenho da economia brasileira tem sido influenciado pelo cenário político nacional. As crises políticas afetaram, no passado, a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na redução da atividade econômica durante esses períodos.

Descrição dos principais riscos de mercado

A economia e as companhias brasileiras têm sido em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, emergentes ou não, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. Desta forma, a oferta de crédito às empresas brasileiras é diretamente influenciada pelas condições econômicas e de mercado no Brasil, e, ainda que em graus variáveis, pela economia e condições de mercado de outros países.

Acontecimentos ou condições econômicas e/ou políticas em outros países já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de novos investimentos estrangeiros no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outras economias, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras no mercado local e internacional de modo adverso, assim como o nível de atividade econômica, podendo, deste modo, vir a causar efeitos adversos na economia brasileira e na Emissora.

Riscos Cambiais

• Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A CELPA possui dívidas em moeda estrangeira, com representatividade no endividamento global da Emissora, na ordem de 37,6% de sua dívida, derivada dos contratos com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Crédito RJ e de operações junto aos bancos Itaú e Citibank.

A tabela abaixo apresenta o saldo do passivo em moeda estrangeira da companhia. A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários.

Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Além disso,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

disso, incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	(96.015)	(286.438)	(476.861)	94.408	284.831
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	+25%	+50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,66	3,32	3,98	1,99	1,33
Operações passivas			Valor justo			
Objetivo de hedge de risco de mercado a)			Indexadores	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
SWAP ITAÚ						
Ponta ativa		US\$	25/11/2015		31.991	17.932
Ponta passiva		CDI	25/11/2015		(3.684)	(15.082)
TOTAL					28.307	2.850
SWAP CITIBANK						
Ponta ativa		US\$	25/11/2015		29.285	16.519
Ponta passiva		CDI	25/11/2015		(3.816)	(14.850)
TOTAL					25.469	1.669
SWAP CITIBANK						
Ponta ativa		US\$	23/04/2015		16.684	-
Ponta passiva		CDI	23/04/2015		(5.675)	-
TOTAL					11.009	-
TOTAL GERAL					64.785	4.519

Risco de Taxas de Juros e Indexadores Econômicos

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e indicadores**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Emissora. Abaixo seguem os principais indexadores que a Emissora está exposta:

- Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"): Todas as aplicações financeiras da Emissora e aproximadamente 0,02% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI (em 31/12/2014).
- IGP-M: Parte da tarifa de distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 12,88% do endividamento da Emissora (em 31/13/2014).
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA.

Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade das Aplicações Financeiras e no Endividamento em moeda nacional da Emissora.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Emissora foi demonstrada em cinco cenários. Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Incluímos, ainda, mais dois cenários para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	9.448	11.810	14.172	7.086	4.724
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(14.741)	(28.262)	(41.783)	(1.220)	12.301
	TJLP	(111)	(122)	(132)	(101)	(90)
	IGPM	(9.158)	(10.919)	(12.680)	(7.397)	(5.636)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		10,81	13,52	16,22	8,11	5,41
TJLP (% acumulado ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% acumulado ano)		3,69	4,61	5,53	2,76	1,84
IPCA (% acumulado ano)		6,56	8,19	9,83	4,92	3,28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Emissora, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. Riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado anteriormente, o principal risco de mercado para a Emissora são as eventuais oscilações nas taxas de juros e indicadores econômicos, que afetam diretamente o ativo e o passivo da Emissora. Buscamos também proteção para os riscos de liquidez e resultado.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

Devido à exposição à moeda estrangeira, a Companhia optou por realizar hedge cambial. A estratégia principal da Companhia é de atrelar os ativos aos principais indicadores dos passivos.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Emissora são aplicações financeiras, captação de empréstimos para financiar os seus investimentos e capital de giro. Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento dos riscos da Emissora é realizado através de estratégias conservadoras, visando liquidez, segurança e rentabilidade. Todas as operações são realizadas de acordo com condições normais de mercado e suas condições são acompanhadas sistematicamente.

e. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Emissora monitora constantemente os seus riscos. As áreas Financeira, Regulatória e Jurídica atuam em conjunto reportando à Diretoria e o Conselho de Administração as ações que visam mitigar os riscos existentes. A área de auditoria interna realiza trabalhos periódicos, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, através de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

f. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas da Emissora que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente no item f, em conjunto com a área de auditoria interna, sempre reportando as ações à diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Emissora esteja exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Emissora esteja exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas
5.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes, que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa, Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“Celpa” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Pará com sede na cidade de Belém-PA.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A funciona como empresa de energia elétrica atuando nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Sua característica principal é de empresa distribuidora, sendo a única Concessionária de energia elétrica no Estado do Pará.

Sua área de concessão 1,25 milhões de km², abrange os 144 municípios do Estado, onde, 117 são atendidos pelo Sistema Interligado e os 27 restantes são atendidos pelo Sistema Isolado, supridos através de 29 Usinas Dieselétricas, beneficiando uma população estimada em torno de 8,1 milhões de habitantes.

O mercado de energia elétrica da CELPA, com 24,0% do consumo total da região Norte, 1,6% do Brasil e com um crescimento de 11,7% em relação ao ano de 2013, se caracteriza por ser tipicamente residencial, onde se concentram 86,1% do número de consumidores e 42,8% do consumo total da empresa.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, foi investimento total da ordem de R\$45,04 bilhões e estima-se 59,12 bilhões pós 2014, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 83% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 16% receita de construção; (iii) 1% suprimento de energia elétrica. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital, totalmente integralizado, é de R\$924.524 mil representado por 1.907.449.807 (um bilhão, novecentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentas e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 (um bilhão, novecentos e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas às disposições legais e as do Estatuto:

(a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;

(b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembleia;

(c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extratos da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 12% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 88% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- Hipóteses de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

- Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Emissora, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Emissora pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Emissora acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Emissora entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2014	2013	2012
Empréstimos, financiamento e encargos	2.250	1.534	1.893
Total de Disponibilidade(1)	561	239	432
Sub-rogação CCC	113	186	212
Ativo Regulatório	397	148	242
Baixa Renda	28	-	-
Dívida Líquida(2)	1151	961	1007

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos ativo regulatório, baixa renda a disponibilidade a sub-rogação CCC.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Emissora é o BNDES e a Eletrobrás, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá às instituições financeiras de primeira linha para contratar operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total da Emissora era de R\$2.250 milhões, dos quais 33,9% (R\$761 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total em aberto da Emissora, deduzido do caixa, disponibilidades e sub-rogação CCC, no montante de R\$821 milhões, atinge R\$ 1.430 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 31,7% (R\$ 714 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 68,3% (R\$1536 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2012	2013	2014
Curto Prazo	400	11	713
<i>Moeda Estrangeira</i>	93	3	534
<i>Moeda Nacional</i>	307	8	179
Longo Prazo	1.493	1.524	1.537
<i>Moeda Estrangeira</i>	560	571	227
<i>Moeda Nacional</i>	933	953	1.310
Total Geral	1.893	1.534	2.250

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2.250 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações e sub-rogação CCC era de R\$1151 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2014 foi de 61%.

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Dívida financeira líquida	1151	961	1007
Patrimônio líquido	728	394	116
Índice de endividamento	0,61	0,71	0,90

Definições:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações, ativos de sub-rogação CCC, ativo regulatório e baixa renda.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

Índice de endividamento =
$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{(\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamentos Relevantes

Destacamos as seguintes operações:

- Plano de Recuperação Judicial, fazendo com que as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2014, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$1.046 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Eletrobrás: em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema

As operações acima tiveram por objetivo financiar os planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

(A) despesas financeiras líquidas consolidadas;

(B) resultado consolidado e contribuição social;

(C) depreciação e amortização consolidados e

(D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 54,1%, passando de R\$3.402,7 milhões em 2013 para R\$5.243,5 milhões em 2014. Esse aumento foi decorrente principalmente pelo reajuste médio de 34,96%, aplicado pela ANEEL em 07 agosto do ano de 2014. O crescimento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica 11,8%, (ii) aumento de 19,1% no preço médio de venda ao consumidor final em agosto de 2014 (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) aumento de 101,2% na receita de construção, que passou de R\$ 427 milhões em 2013 para R\$ 859 milhões em 2014. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Reporting Standards), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2013 quanto para 2014) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se, portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 47,3%, passando de R\$ R\$ 2.976 milhões em 2013 para R\$ 4.385 milhões em 2014.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.881,4 milhões em 2014, portanto, 33,7% acima dos R\$ 1.407,7 milhões verificados em 2013. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 4,7% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 11.291 Gwh em 2013 para 11.824 Gwh em 2014, (ii) aumento de 62% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh comprados), e (iii) redução de 52% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 409,8 milhões em 2014, representando um aumento de 11,4% em relação aos R\$ 367,9 milhões de 2013. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 393 milhões em 2013 para R\$ 439 milhões em 2014, representando um aumento de 11,6% (R\$ 45,5 milhões), influenciado pelo aumento de 24,0% de depreciação, (ii) custos com pessoal em 16,2% e (iii) a inflação medida pelo IGPM foi de 3,6% em 2014.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 28% (ou R\$ 97,3 milhões), passando de R\$ 344 milhões em 2013 para R\$ 441 milhões em 2014, influenciados pelos seguintes itens: (i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas que passou de (R\$ 48,4 milhões) em 2013 para (R\$ 72,7 milhões) em 2014, representando um aumento de 50,1%, (ii) Despesas com Vendas que passou de R\$ 108,0 milhões em 2013 para R\$ 145,3 milhões em 2014 e (iii) Outras despesas operacionais líquidas (R\$ 24,0 milhões) em 2013 para (R\$ 78,9 milhões) em 2014 representando um aumento de 229,2%.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 112,6 milhões positivos em 2013 para R\$ 646,4 milhões positivos em 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013 para uma despesa de R\$ 203,8 milhões em 2014, representando um aumento de 8,1%. Como destaque, umas das rubricas que mais influenciou nesse aumento foi a despesa financeira decorrente da variação monetária e encargos de dívida com 396,8% e 42,6% respectivamente, o que representa (R\$ 247 milhões).

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2014 foi lucro de R\$ 345,2 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 228,8 milhões em 2013.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,5%, passando de R\$3.385 milhões em 2012 para R\$3.403 milhões em 2013. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução da receita de construção em 8,5% entre os anos de 2013 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 1,9%, passando de R\$2.919 milhões em 2012 para R\$2.976 milhões em 2013.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.844 milhões em 2013, portanto, 8,5% acima dos R\$ 1.700 milhões verificados em 2012. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) redução de 1,3% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 9.875 Gwh em 2012 para 9.748 Gwh em 2013, (ii) aumento de 10% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 47% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 1.416 milhões em 2013, representando um aumento de 12,9% em relação aos R\$ 1.233 milhões de 2012. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 1.252 milhões em 2012 para R\$ 1.447 milhões em 2013, representando um aumento de 13,5% (R\$ 71,1 milhões), influenciado pelo aumento de 10,3% (R\$ 26,1 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 5,5% entre 2012 e 2013).

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas diminuíram 46% (ou R\$ 459,1 milhões), passando de R\$ 758,0 milhões em 2012 para R\$ 542,1 milhões em 2013, principalmente devido aos tributos e provisões líquidas de reversão, que passaram de R\$ 12,4 milhões em 2012 para R\$ 2,1 milhões em 2013 e R\$ 370,1 milhões em 2012 e R\$ 122,4 milhões respectivamente.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 355,3 milhões negativos em 2012 para R\$ 112,6 milhões positivos em 2013.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 207,7 milhões em 2012 para uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013, representando uma diminuição de 16%. A rubrica que mais influenciou nessa queda foi a diminuição de 76,3% (R\$ 220,6 milhões) nas despesas com juros e multas.

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2013 foi um prejuízo de R\$ 228,7 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 704 milhões em 2012.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
(B) resultado consolidado e contribuição social;
(C) depreciação e amortização consolidados e
(D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,3%, passando de R\$3.376,3 milhões em 2011 para R\$3.385,4 em 2012. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução do custo de construção em 36,5% entre o ano de 2011 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 10,5%, passando de R\$2.641,8 milhões em 2011 para R\$2.919,2 milhões em 2012.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$1.233,1 milhões em 2012, portanto, 27,8% acima dos R\$965,1 milhões verificados em 2011. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 8,3% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 8.784 GWh em 2010 para 9.517 GWh em 2011, (ii) aumento de 4,5% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 12,5% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$440,1 milhões em 2012, representando um aumento de 32,2% em relação aos R\$332,9 milhões de 2011. Os principais fatores que influenciaram tal aumento foram: (i) a conta de Pessoal que sofreu aumento de 48,9% durante os anos de 2011 e 2012 e (ii) a conta de Outros que foi aumentada em mais de R\$ 32 milhões.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 145,8% (ou R\$482,4 milhões), passando de R\$330,8 milhões em 2011 para R\$813,2 milhões em 2012, principalmente devido ao (i) aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda com Créditos Incobráveis. As provisões líquidas mencionadas passaram de R\$34,4 milhões em 2011 para R\$272,0 milhões em 2012, demonstrando um aumento de 690,6%; (ii) aumento de 80,7% das despesas administrativas entre os anos de 2011 e 2012, passando de R\$112,1 milhões em 2011 para R\$206,6 em 2012; (iii) aumento de Outras Despesas em 70,5% em 2011 e 2012, passando de R\$72,2 milhões em 2011 para R\$123,0 em 2012 e (iv) aumento de Provisão para Processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas em 184,3%, passando de R\$33,0 milhões em 2011 para R\$93,9 milhões em 2012.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$219,2 milhões em 2011 para - R\$473,3 milhões em 2012, representando uma redução de R\$692,5 milhões na comparação anual.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$489,2 milhões em 2011 para uma despesa de R\$205,7 milhões em 2012, representando um aumento de 57,9% (R\$283,3 milhões). A rubrica que influenciou esse aumento foi o aumento das Receitas Financeiras em 89,3%, passando de R\$299,1 em 2011 para R\$566,4 em 2012.

Resultado Líquido

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício de 2012 foi um prejuízo de R\$747,3 milhões, em relação a um prejuízo de R\$391,2 milhões em 2011.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 comparados com 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.107 milhões, 92,2% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.096 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$561 milhões, comparados a R\$239 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Tal aumento, de 135%, é principalmente devido aos investimentos feitos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a conta CCC da companhia era de R\$237 milhões e R\$94 milhões, respectivamente, representando um aumento de 152% (R\$143 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$3.938 milhões, 17% superior ao valor informado em 2013 de R\$3.374 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 52%, atingindo R\$ 910 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 600 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o Intangível somou R\$ 2.284 milhões, queda de 0.3% em relação ao valor de R\$ 2.291 milhões contabilizado ao final de 2013. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.282, 128% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.001 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$714 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$ 703 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2014 o montante de R\$3.034 milhões, 1,3% menor que o valor informado em 2013, de R\$ 3.074 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.537 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando aumento de 0.9%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$343 milhões, comparados aos R\$416 milhões em 31 de dezembro de 2013. A diminuição foi de 17% ou R\$73 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido foi de R\$728 milhões, comparados aos R\$394 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 comparados com 31 de dezembro de 2012.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.096 milhões, 17% superior ao valor informado em 2012, de R\$1.318 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$239 milhões, comparados a R\$432 milhões, em 31 de dezembro de 2012. Tal queda, de 45%, é principalmente devido à necessidade de investimentos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a conta CCC da companhia era de R\$94 milhões e R\$153 milhões, respectivamente, representando uma queda de 39% (R\$59 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$3.374 milhões, 7,3% superior ao valor informado em 2012 de R\$ 3.145 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 40%, atingindo R\$ 600 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 428 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o Intangível somou R\$ 2.291 milhões, queda de 4% em relação ao valor de R\$ 2.378 milhões contabilizado ao final de 2012. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Passivo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.001, 26% inferior ao valor informado em 2012, de R\$1.351 milhões. As principais rubricas que influenciaram esta queda aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$400 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de R\$ 389 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2013 o montante de R\$3.074 milhões, 4% superior ao valor informado em 2012, de R\$ 3.063 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.493 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando aumento de 2%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$416 milhões, comparados aos R\$253 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento foi de 64% ou R\$163 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido foi de R\$394 milhões, comparados aos R\$104 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 comparados com 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.318,1, 14,6% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.150,7. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$431,9 milhões, comparados a R\$208,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento, de 106,9% (R\$223,1 milhões), é principalmente devido ao aumento de capital da Equatorial na CELPA no valor de R\$350 milhões.

Bloqueios Judiciais

São depósitos pertencentes à Companhia, entretanto, estavam bloqueados devido à Recuperação Judicial. Estes não foram reconhecidos em 2011, mas acumularam R\$ 63,7 milhões em 2012.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a conta CCC da companhia era de R\$153,4 milhões e R\$93,0 milhões, respectivamente, representando um aumento de 64,9% (R\$60,3 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.145,4 milhões, 1,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$3.207,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$115,5 milhões, entretanto, em 2012, o montante relativo à partes relacionadas foi igual a zero.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$89,8 milhões, no entanto em 2012, o valor correspondente foi nulo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.351,4, 42,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$2.342,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$308,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.256,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 75,5% (R\$948,6), principalmente relacionada à aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas totalizaram R\$153,0 milhões, comparado aos R\$66,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$129,8 milhões devido a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.046,2 milhões, 101,1% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.515,1. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.061,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 56,1% (R\$381,2), decorrente, principalmente, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Empresas Relacionadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, o realizável a longo prazo da companhia totalizou R\$683,1 milhões, comparados aos R\$176,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento foi de 287,7% ou R\$586,9 milhões na comparação anual.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo das provisões para indenizações trabalhistas da Companhia totalizaram R\$227,3 milhões, 371,2% superior ao saldo encontrado em 2011, de R\$48,2 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido foi de R\$65,9 milhões, comparados aos R\$500,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução foi bastante significativa, de 86,8% ou R\$434,6 milhões entre 2011 e 2012. Tal redução pode ser explicada pelos prejuízos acumulados do ano de 2012 terem sido muito superiores ao aporte de R\$350,0 milhões. Os prejuízos acumulados em 2012 atingiram o montante de R\$1.088,8 milhões enquanto que em 2011, o montante era de R\$373,4 milhões, um aumento correspondente a 191,6%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da CELPA é, em sua maior parte, proveniente da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Pará, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. Abaixo, análise do comportamento das classes em 2014 em comparação a 2013.

Atualmente, a Celpa fornece energia elétrica para um universo de 2.183.305 clientes. Cerca de 96% da energia requerida para atendimento do mercado da Celpa, foi comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional – SIN e os 4% restantes, foi proveniente de Geração Própria e Terceirizada.

O Mercado de Energia Elétrica da CELPA se caracteriza por ser tipicamente residencial, concentrando 86,1% do número de consumidores e 42,8% do consumo total. Em 2014, o mercado cativo total da empresa apresentou um crescimento de 11,7% em relação a 2013, sendo consumidos 7.755 GWh contra 6.941 GWh registrados nesse ano.

A classe residencial, de maior representatividade, apresentou evolução de 20,3%, passando de 2.758 GWh em 2013 para 3.317 em 2014.

O consumo residencial médio apresentou incremento de 11,6%, passando de 136,5 kWh/mês em 2013 para 152,3 kWh/mês em 2014.

A classe comercial, a segunda mais representativa, responsável por 22,3% do consumo total, apresentou evolução de 5,6%, passando de 1.639 GWh em 2013 para 1.731 GWh em 2014.

O desempenho observado nessa classe foi influenciado pelo comportamento dos principais ramos de consumo; comércio varejista, saúde humana e serviços sociais, atividades imobiliárias e informação e comunicação, que juntos são responsáveis por 53% do consumo da classe e apresentaram crescimento de apenas 1,4%. As mudanças ocorridas nos horários de funcionamento dos supermercados, influenciaram diretamente no consumo de energia da classe comercial, reduzindo significativamente o consumo dos maiores clientes da empresa neste ramo.

Na classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 17,3%, o consumo de energia cresceu 3,9% em 2014, passando de 1.294 GWh para 1.345 GWh. O desempenho dessa classe foi resultado principalmente do desempenho ocorrido no ramo de atividade de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, que tem participação de 25% no total do consumo da classe, e apresentou crescimento de 4,4%. Os demais ramos fabricação de produtos de minerais não metálicos, metalurgia e fabricação de produtos de madeira, responsáveis por 50% do consumo industrial, tiveram redução de -1,8%, sendo influenciados por paralisações programadas e de emergência ocorridas nos principais clientes destes ramos.

A classe rural obteve um crescimento modesto de 1,6%, para um consumo de 203 GWh no ano de 2014.

Nas demais classes, o maior crescimento ficou por conta da classe de Iluminação Pública, 27,5%, refletindo as ações de ajustes de consumo, ocorridos em diversos municípios do Estado, dentre eles Belém, Ananindeua, Santarém, Parauapebas, Itaituba e Altamira, que juntos agregaram à classe 35 GWh no ano.

A CELPA registrou um total de 2.183.305 unidades consumidoras, representando um crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, correspondente a um incremento de 152.772 novas unidades consumidoras atendidas pela Empresa. O número de clientes residenciais atingiu 1.880.167, evoluindo 8,4% em relação ao ano passado, com incremento de 146.172 novas unidades residenciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da Celpa é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 de agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

☐ CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

☐ Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

☐ PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

☐ CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

☐ P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irreversíveis. O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

☐ Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.

Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela "A" e a inflação (IGP-M) da Parcela "B" decrescido ou acrescido do Fator "X" (meta de eficiência para o próximo período).

☐ Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

■ **Revisão tarifária periódica:** Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro e econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para cobrir os custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Todos esses impactos sobre o resultado da CELPA estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As políticas contábeis adotadas em 2014 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS aplicados pela primeira vez no exercício de 2014:

OCP08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações financeiras. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de Novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10/12/2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A partir de 2014 com o advento do OCP08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva. Com isso, em 31 de dezembro de 2014 o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$ 397 milhões.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2014, 2013 e 2012.

Ênfases: Não houve ênfases no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2014, 2013 e 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ▣ Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- ▣ Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas

informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- ▣ Provisões;
- ▣ Perda no valor recuperável;
- ▣ Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- ▣ Ativo financeiro – bens da concessão;
- ▣ Vida útil de ativo intangível;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- ▣ Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- ▣ Passivos contingentes; e
- ▣ Planos de pensão.

e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos nas Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Financeiras.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 4 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 15,25%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores", "Tributos a Recuperar" e "Indenizações Trabalhistas". As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 15,25%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Operações de swap" e o resultado apurado na conta "Receitas e Despesas Financeiras" (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

■ **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

■ **Nível 2:** *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

■ **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuarias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia apurou transações que envolveram registros em outros resultados abrangentes (Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão) que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não houve desvios de qualquer natureza.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não houve desvios de qualquer natureza.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.